



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1868174 - PB (2020/0069668-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES
RECORRIDO : GEANY TARGINO DE SOUZA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERES. : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pela **Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 506/507):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ACUMULAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS. CAPES E FNDE. DEVOLUÇÃO DE VALORES. IMPOSSIBILIDADE. BOA-FÉ DA AUTORA. FUNDAMENTO DA SENTENÇA NÃO ATACADO. CONDENAÇÃO DA UNIÃO EM HONORÁRIOS. PARTE REPRESENTADA PELA DPU. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. ART. 85, PARÁGRAFO 10, DO CPC. AUTONOMIA FUNCIONAL, ADMINISTRATIVA E ORÇAMENTÁRIA DA DPU. CONHECIMENTO PARCIAL. IMPROVIMENTO.

1. Trata-se de apelação interposta contra sentença que julgou procedente em parte os pedidos da autora, confirmando a tutela de urgência, para condenar as rés a se absterem de cobrar a devolução da quantia recebida a título de bolsa dos programas educacionais CAPES e UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL no interstício de fevereiro a outubro de 2014, seja judicial ou extrajudicialmente. Além disso, o FNDE foi excluído do polo passivo da demanda, ante sua manifesta ilegitimidade. Por fim, foram fixados os honorários sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, cujo pagamento será arcado em 75% pelo CAPES em favor da autora e 25% pela autora em favor do FNDE, sendo que em relação a esta última a exigibilidade fica suspensa em razão da gratuidade judiciária deferida

2. No caso em análise, a autora ajuizou ação contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, buscando provimento judicial que determine que as rés se abstenham de cobrar a devolução da quantia recebida a título de bolsa dos programas educacionais CAPES e UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL no interstício de fevereiro a outubro de 2014, seja judicial ou extrajudicialmente. Para tanto, argumentou que foi levada a erro pela Coordenadora do Comitê Gestor Institucional da UFPB, de maneira que sua atuação se deu de boa-fé, tendo efetivamente participado dos dois programas, sendo os valores recebidos a contraprestação pelas

atividades desenvolvidas, não sendo razoável exigir a devolução, além de tratarem-se de verbas de natureza alimentar.

3. Na sentença, o juízo de origem acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva em relação ao FNDE, uma vez que apenas o CAPES que requereu a devolução do valor da bolsa. No mérito, entendeu que estava evidenciada a boa-fé da demandante, tendo em vista que "os documentos acostados aos autos indicam que a autora buscou ter a certeza se era possível a cumulação das bolsas para só então acumulá-las, apresentando, inclusive, a declaração da Coordenadora do Laboratório de Processos Microbianos em Alimentos de que estava ciente do acúmulo e de que a autora desempenhou suas funções adequada e "profundamente no exercício da Tutoria sem causar nenhum prejuízo às atividades teóricas e práticas do Curso de Mestrado.

4. Na apelação, as alegações da recorrente resumiram-se a: defender a impossibilidade de acumulação das bolsas, sem nada dispor quanto ao fundamento principal do julgado (boa-fé da autora), suficiente, por si só, para sustentar a procedência do pleito autoral; discutir o cabimento da condenação da autarquia em honorários de advogado, na medida em que a ação foi patrocinada pela Defensoria Pública da União. Nesse passo, conforme previsão do art. 932, III, do CPC, o recurso deve ser conhecido apenas sem relação à discussão quanto à condenação em honorários advocatícios, pois, no que tange à questão da devolução ao erário, as razões recursais não atacaram especificamente os fundamentos da sentença recorrida.

5. No que tange à alegação de que seria incabível a condenação da União ao pagamento de honorários advocatícios considerando que a parte autora é representada pela Defensoria Pública da União (Súmula 421 do STJ), ressalto que o Plenário do STF já se manifestou no sentido de que "após as Emendas Constitucionais 45/2004, 74/2013 e 80/2014, houve mudança da legislação correlata à Defensoria Pública da União, permitindo a condenação da União em honorários advocatícios em demandas " (STF patrocinadas por aquela instituição de âmbito federal, diante de sua autonomia funcional, administrativa e orçamentária Plenário. AR 1937 AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 30/06/2017). Nesse sentido: PROCESSO:08043165120154058300, DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO BRAGA, 3ª Turma, JULGAMENTO: 20/03/2018;PROCESSO: 08029277820174058100, DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA, 3ª Turma, JULGAMENTO: 13/12/2018; PROCESSO: 08003282820154058201, DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS REBÊLO JÚNIOR, 3ª Turma, JULGAMENTO: 30/11/2018.

6. Conhecimento parcial da apelação, e, nessa parte, improvida. Majoração dos honorários em um ponto percentual, com base no art. 85, §11, do CPC.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 540/541).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 2º e 84, III, da Constituição Federal, art. 2º da Lei nº 9.784/1999 e à Súmula 421/STJ. Sustenta, em síntese, que: **(I)** sempre vedou a acumulação de bolsas de estudo, não havendo qualquer contradição ou ilegalidade no ato praticado pelo ente público e, portanto, qualquer reparo a ser realizado pelo Poder Judiciário e **(II)** quando a DPU patrocina causas contra a Fazenda Pública Federal, seja diretamente, seja através de suas autarquias e fundações públicas federais, estas não podem ser condenadas às verbas sucumbenciais decorrentes da condenação, tendo em vista pertencerem à mesma pessoa

jurídica de direito público.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De início, verifica-se que o presente recurso abarca discussão acerca do cabimento de condenação em honorários sucumbenciais em favor da Defensoria Pública, tema cuja repercussão geral foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no bojo do **RE 1.140.005/RJ - Tema 1.002**, julgado que recebeu a seguinte ementa:

*Direito Constitucional. Recurso Extraordinário. Pagamento de honorários à Defensoria Pública que litiga contra o ente público ao qual se vincula. Presença de repercussão geral. 1. A decisão recorrida excluiu a condenação da União ao pagamento de honorários advocatícios à Defensoria Pública da União. 2. A possibilidade de se condenar ente federativo a pagar honorários advocatícios à Defensoria Pública que o integra teve a repercussão geral negada no RE 592.730, Rel. Min. Menezes Direito, paradigma do tema nº 134. 3. As Emendas Constitucionais nº 74/2013 e nº 80/2014, que asseguraram autonomia administrativa às Defensorias Públicas, representaram alteração relevante do quadro normativo, o que justifica a rediscussão da questão. 4. **Constitui questão constitucional relevante definir se os entes federativos devem pagar honorários advocatícios às Defensorias Públicas que os integram.** 5. Repercussão geral reconhecida. (RE 1.140.005 RG, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, julgado em 03/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-162 DIVULG 09-08-2018 PUBLIC 10-08-2018)*

Note-se que, em recursos versando sobre temas submetidos ao rito da repercussão geral, o STF tem determinado o retorno dos processos para os Tribunais de origem, para aguardar o julgamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia. A propósito: **ARE 934.095 AgR-ED-ED**, Rel. Min. Edson Fachin, Primeira Turma, DJe 22/11/2016; **RE 594.695 AgR-AgR**, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe 25/5/2015; e **RE 543.799 AgR-ED**, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 3/8/2015.

Assim, em razão de economia processual e para se evitar a prolação pelo STJ de provimentos jurisdicionais em desconformidade com o que vier a ser definitivamente decidido pela Corte Suprema, conveniente que a apreciação do recurso especial fique sobrestada até o esgotamento da competência do Tribunal de origem, que ocorrerá com o juízo de retratação ou de conformação a ser realizado pela instância ordinária após o julgamento do recurso extraordinário, sobre o mesmo tema, afetado ao regime da repercussão geral, nos moldes dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Essa orientação foi ratificada pela Primeira Turma do STJ, ao decidir que, *"Podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em se fazendo necessário, seja*

oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte" (AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/6/2017).

Ademais, no julgamento da **Questão de Ordem no REsp 1.653.884/PR**, também pela Primeira Turma deste Superior Tribunal de Justiça, ficou assentado que, nos casos de devolução do recurso especial ao Tribunal de origem para aguardar o desfecho da repercussão geral, a Corte recorrida, caso verifique a existência de resíduo não alcançado pela afetação do Supremo Tribunal Federal, deverá determinar o retorno dos autos a este STJ somente após ter exercido o juízo de conformação ao que decidido pelo STF na repercussão geral (**QO no REsp 1.653.884/PR**, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 6/11/2017).

ANTE O EXPOSTO, nos termos da fundamentação, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, onde, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local, frente ao que será decidido pela Excelsa Corte no **RE 1.140.005/RJ** (Tema 1.002).

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Sérgio Kukina
Relator